

## **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANALISANDO DESAFIOS E LUTAS A PARTIR DE DISCURSOS DE UM DISCENTE**

Maria Isabel Santana Leiros dos Santos<sup>1</sup>  
Geuma Myriam Santos Alves<sup>2</sup>  
Gilvânia Targino da Silva<sup>3</sup>  
Andreza Vidal Bezerra<sup>4</sup>  
Adenize Queiroz de Farias<sup>5</sup>

### **RESUMO**

A história da Educação Especial no Brasil revela um passado marcado por visões depreciativas da deficiência, o que retardou a conquista de direitos básicos, entre os quais se destaca o acesso à Educação Superior. Ainda na atualidade, estudantes com deficiência enfrentam desafios significativos nas universidades, que muitas vezes não estão suficientemente preparadas para atender às suas necessidades específicas de aprendizagem. Com isso em mente, este estudo tem como objetivo explicitar os desafios enfrentados por estudantes com deficiência ao longo de sua jornada acadêmica. Para tanto, utilizamos uma abordagem qualitativa e analisamos o relato de um discente durante o evento online "Ensino Superior e Pessoas com Deficiência", realizado em 28 de setembro de 2023 e disponível no canal do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba no YouTube. Nossas descobertas revelam uma série de barreiras que permeiam a experiência educacional das pessoas com deficiência na Educação Superior. Portanto, acreditamos que pesquisas como esta são essenciais para identificar os desafios nos ambientes acadêmicos, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de políticas de inclusão e acessibilidade mais sensíveis à realidade das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Educação Superior, Discente com deficiência.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, mariaisabelsantana456@gmail.com;

<sup>2</sup>Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, geumamyriansantos@gmail.com;

<sup>3</sup>Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, gilvania.targino@academico.ufpb.br;

<sup>4</sup>Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, andrezaidal@hotmail.com;

<sup>5</sup>Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, adenize.queiroz.ufpb@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na educação escolar, sobretudo na educação superior, tem sido um tema desafiador, mas historicamente comprovado como possível e necessário. A persistente luta ao longo das décadas resultou em conquistas significativas, refletidas em leis e decretos que orientam a educação especial em uma perspectiva inclusiva, como também outros direitos fundamentais das pessoas com deficiência (Brasil 2008; 2015).

No contexto da Educação Superior, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito às políticas de inclusão e acessibilidade nesta etapa de ensino. Reafirmando que a educação é um direito fundamental, que deve ser assegurado a todas as pessoas de todas as idades, do mundo inteiro, a Declaração mundial sobre educação para todos (1990), versa, em seu artigo 3, sobre a necessidade da universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, constatando:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Unesco, 1990)

O art. 1 da Declaração de Salamanca (1994) corrobora com o compromisso pela educação para todos e a necessidade, urgente, do acesso das pessoas com deficiência aos sistemas educacionais ao longo da vida.

[...] reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações. (Brasil, 1994)

Na etapa da Educação Superior, destacamos o Programa Incluir, do Governo Federal. Criado em 2005, o programa objetivava promover o desenvolvimento de políticas institucionais de inclusão e acessibilidade em Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Até 2011 o programa

funcionava por meio de chamadas públicas, as quais as IFES apresentavam projetos de criação e estruturação de núcleos de acessibilidade, que buscavam diminuir as diversas barreiras que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência.

De 2012 em diante, o Ministério da Educação, intermediado pela Secretaria de educação continuada, alfabetização de jovens e adultos, diversidade e inclusão (Secadi) e Secretaria de educação superior (Sesu), passou a apoiar, com recursos financeiros, ações de políticas institucionais de acessibilidade na Educação Superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, englobando ações nos eixos de infraestrutura, currículo, comunicação e informação; programas de extensão e programas de pesquisa.

Outro importante Marco Legal, que preconiza os direitos da pessoa com deficiência, é a Lei Brasileira de Inclusão. Em seu capítulo 4 orienta sobre o direito à Educação.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

Portanto, cabe ao poder público, criar, assegurar, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar ações que favoreçam condições de acesso, permanência, participação e aprendizado das PCDs em todos os níveis e modalidades de ensino.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2022, há cerca de 79.262 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas IES, o que representa 0,8% do total de matrículas em cursos de graduação (Brasil, 2023). No entanto, verificou-se a inexistência de dados relativos à idade, cor, gênero, entre outros, o que ao nosso ver invisibiliza aspectos da identidade humana, necessários para compreender a diversidade de experiências opressivas que podem atravessar a vida de estudantes com deficiência. Além disso, não identificamos informações concernentes à modalidade de ensino (Ead ou presencial) e à categoria administrativa (público ou privada), diferentemente do que ocorre nos dados publicados sobre os estudantes sem deficiência.

O crescente número de pessoas com deficiência ingressando na Educação Superior é um indicativo positivo de avanço, demonstrando que é necessário, viável e essencial possibilitar que os discentes público-alvo da educação especial concluam seus estudos acadêmicos e sigam as profissões nas quais se dedicaram.

Neste contexto, o presente estudo propõe abordar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, identificando os desafios atuais e propondo estratégias para aprimorar a efetividade das políticas públicas de acessibilidade educacional no Brasil. A pergunta central que norteará este estudo é: quais são os desafios experienciados por estudantes com deficiência na educação superior brasileira?

O objetivo é explicitar os desafios enfrentados por estudantes com deficiência ao longo de sua jornada acadêmica, no âmbito da educação superior, por meio da análise de discurso de um discente contido em uma *live*. A relevância deste tema é indiscutível diante dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, especialmente no contexto educacional, onde a equidade no acesso é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está organizado da seguinte maneira: Metodologia, apresentando e contextualizando o instrumento utilizado para a coleta de dados e análise dos dados. Resultados e Discussões, com nossa análise com base nos relatos dos participantes da pesquisa, e, por fim, as considerações finais, destacando os principais achados do estudo. Cada uma dessas seções contribui para uma compreensão abrangente do tema abordado, oferecendo uma visão clara dos processos e resultados obtidos.

## **METODOLOGIA**

Segundo Freitas e Prodanov (2013) a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dialética entre o mundo concreto e o indivíduo, sendo dessa forma, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser descrita de forma quantitativa, ou seja (em números).

Ainda segundo os autores, a fonte utilizada para coleta dos dados, o lócus e o pesquisador, são instrumentos-chave para a realização do estudo, uma vez que a pesquisa qualitativa é descritiva e os pesquisadores conduzem-se a analisar seus dados indutivamente.

O procedimento para coleta dos dados desta pesquisa será a análise de uma *live* intitulada “Ensino superior e pessoas com deficiência” realizada no dia 28 de setembro de 2023, disponibilizada no canal do YouTube do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A *live* contou com a presença da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adenize Queiroz do Centro de Educação da UFPB como mediadora e dos palestrantes Wesley Gamaliel, o qual é graduado em Gestão Pública e que atua na Subsecretaria da Pessoa com Deficiência de Itapetininga, São Paulo e Sônia Lira docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Alinhando-se ao objetivo desta pesquisa, iremos considerar apenas a narrativa do discente com deficiência visual, Wesley Gamaliel.

A referida *live* faz parte das atividades do projeto de extensão da UFPB intitulado como: “Protagonismo, Inclusão e Liderança: fortalecendo a participação acadêmica e social de jovens com deficiência”, que tem como objetivo principal capacitar jovens com deficiência com vistas ao fortalecimento de sua participação acadêmica e social em espaços escolares e universitários. Para construção desse trabalho extraímos fragmentos do discurso do sujeito, os quais foram analisados a partir da literatura sobre inclusão e acessibilidade na educação superior, serão melhor apresentados a seguir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como já explicitado ao longo desse trabalho, existe no Brasil, um significativo marco regulatório que objetiva garantir direitos fundamentais para uma vida equânime, entretanto, ainda existe uma série de barreiras, seja ela atitudinal, arquitetônica, pedagógica, entre outras, que dificultam/impedem uma participação plena dos estudantes com deficiência em todas as etapas de ensino.

*Eu acho que o maior desafio que a gente tem, é fazer com que os direitos que são garantidos por lei, sejam, é, efetivados na prática (Wesley Gamaliel, min: 9:15).*

A esse respeito, a Lei 13.409/2016 incluiu as pessoas com deficiência no programa de reservas de vagas nas IFES, cujo intuito é fomentar o acesso dessas pessoas à Educação Superior por meio da legislação.

Entretanto, apesar de normativas que ampliem as possibilidades de acesso à universidade, os desafios para a permanência e aprendizagem ainda persistem, uma vez que alguns professores recusam-se a utilizar metodologias acessíveis, por exemplo, que inviabilizam um processo de ensino e aprendizagem e a permanência para as pessoas público-alvo da Educação Especial na Educação Superior.

Assim como relatado por Wesley, o qual concluiu o ensino médio em 2008, mas devido a falta de acessibilidade existente na época, só conseguiu prestar vestibular em 2015, em uma Universidade da modalidade de Educação a distância. A partir do relato acima, nota-se que, a distorção de idade-série na educação básica acarretada por um percurso educacional permeado por barreiras pedagógicas, reflete também em um acesso tardio das pessoas com deficiência na Educação Superior.

A respeito da Tecnologia Assistiva, O Comitê de ajudas técnicas (Brasil, 2009) a define como uma área de conhecimento interdisciplinar, que engloba metodologias, recursos, estratégias, produtos, serviços e práticas que visam promover uma maior autonomia, qualidade de vida e participação social da pessoa com qualquer tipo de deficiência e/ou necessidade específica.

Os recursos de Tecnologia Assistiva são classificados de acordo com a funcionalidade que cada recurso será utilizado. Podendo ser categorizados em: auxílios para a vida diária e vida prática; Comunicação Suplementar e Alternativa; recursos de acessibilidade ao computador; projetos arquitetônicos e sistemas de controle ambiente; órteses e próteses e auxílio de mobilidade e adequação postural.

Os leitores de tela pertencem à categoria de recursos de acessibilidade para computadores, são softwares desenvolvidos para auxiliar pessoas cegas ou com baixa visão, convertendo textos em voz sintética. Alguns tipos de textos

escaneados e/ou imagens de qualidade ruim são totalmente inacessíveis para o programa, impossibilitando a finalidade maior do software.

*Questionei na época, se a faculdade era acessível, eles me informaram que sim, que outras pessoas com deficiência haviam feito curso com eles [...] fiz a minha matrícula, aí o que acontece. Quando eu entrei na plataforma da faculdade, a plataforma online, aquilo não era acessível pro meu leitor de tela (min:10:00).*

É preciso ressaltar que, dentro da comunidade de pessoas cegas e com baixa visão há uma heterogeneidade em relação aos recursos de acessibilidade que cada um utiliza. Deve-se considerar a necessidade individual de cada um e buscar o recurso que melhor se adeque. Há pessoas que preferem utilizar os leitores de tela, outras preferem utilizar o Braille, como podemos observar através da fala a seguir:

No caso do estudante Wesley, que faz uso de leitores de tela, mas a plataforma de ensino utilizada pela Universidade em que ele estudava não era compatível com o leitor de tela, causando prejuízos no seu aprendizado.

*Eu perdi um monte de coisas, que eu poderia ter conseguido na minha carreira, por falta de um curso superior e eu não consegui fazer por falta de acessibilidade (min: 12:16).*

Outro aspecto que dificulta ou impede a participação de estudantes com deficiência, é o capacitismo tão enraizado em nossa sociedade. A esse respeito Wesley diz:

*O desafio maior é a gente quebrar o preconceito que as pessoas têm, é, a falta de conhecimento, que eu acredito que acontece na maior parte das vezes (min: 16:00)*

Essa discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, denominada na atualidade como Capacitismo, são percebidas em atitudes e práticas sociais que marginalizam e prejudicam pessoas nessa condição (Ferreira, 2023).

*Eu acho que a acessibilidade atitudinal é o mais difícil, a gente fazer com que as pessoas que não tem deficiência entendam que, a gente consegue fazer as nossas atividades. (min: 17:20)*

No caso particular de Wesley, tal capacitismo ficou evidente através da ideia errônea de que, em razão da deficiência ele não seria capaz de realizar as atividades acadêmicas.

O capacitismo pode ser observado ainda por meio de uma infraestrutura física inadequada, da ausência de tecnologia e recursos de aprendizagem acessíveis, como textos em braille, legendas em vídeos, softwares de leitura de tela e outros recursos assistivos, que limitam a participação dos educandos com deficiência.

Nesse sentido, destacamos, finalmente, que a ausência de métodos de ensino e avaliação que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, acometida pelo capacitismo, fragilizam o seu desempenho acadêmico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto deste estudo, objetivamos explicitar os desafios enfrentados por estudantes com deficiência ao longo de sua jornada acadêmica na educação superior, por meio da análise do discurso de um discente em uma live. Ao longo do estudo, constatamos que, apesar de um consistente marco regulatório e políticas de fomento ao ingresso de estudantes com deficiência na educação superior, ainda há uma série de empecilhos que dificultam sua permanência e aprendizagem.



Nesse sentido, compreendemos a necessidade do fomento de políticas institucionais que promovam ações de sensibilização e combate ao capacitismo e seus desdobramentos na educação superior. Essas ações são essenciais para a construção de um ambiente acadêmico mais justo, diverso e inclusivo para todas as pessoas sem distinção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva\\_CAT.pdf](http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf). Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: apresentação. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 mar. 2024.

FERREIRA, Estela Costa. Refletindo sobre a inclusão escolar: O que é capacitismo? *Revista Cientific@Universitas*, v. 10, n. 1, p. 146-157, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 21 mar. 2024.